

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Solicitado ao Senhor Ministro da Educação informação sobre a contabilização para efeitos de progressão na carreira do tempo congelado em Junho de 2018 e reiterado o pedido detalhado em Janeiro de 2019 de “*Dados detalhados, cálculos e os vários cenários de custo e impacto financeiro desenvolvidos pelos serviços do Ministério das Finanças e IGEFE sobre contabilização para efeitos de progressão na carreira do tempo congelado*”, sem que até ao momento tenha sido obtida resposta. Vimos deste modo reenviar a V. Exa. o seguinte Requerimento:

“O Grupo Parlamentar do PSD vê com preocupação as sucessivas notícias que, após o veto do Senhor Presidente da República ao diploma por duas vezes aprovado em Conselho de Ministros sobre a contagem do tempo de serviço dos professores, fazem antever mais uma vez que o Governo se prepara para assumir com arrogância, ou no mínimo sem transparência, uma posição de simulacro negocial perante os parceiros sociais. O Governo insiste em desresponsabilizar-se do cumprimento das Leis do Orçamento de Estado. Não cumpriu a Lei do OE de 2018, não cumpriu a Resolução aprovada pela Assembleia da República, que teve o voto favorável do PS, e recentemente tentou uma habilidade política para fingir que cumpria a Lei do OE 2019. Uma atitude que não é aceitável e que vem comprovar a atitude de arrogância e de profundo desrespeito deste Governo pelo Parlamento, pelos Professores e seus representantes.

O PSD realça que o Senhor Presidente tendo justificado o seu veto na questão formal não deixou de salientar em declarações posteriores que este não era isento de conteúdo. E o conteúdo está cristalinamente exposto, preto no branco no próprio artigo 17º do OE 2019: “A expressão remuneratória do tempo de serviço (...), **é objeto de negociação sindical, com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização**, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis”.

Esta é uma responsabilidade deste Governo, desta legislatura. É este Governo que tem de, efetivamente, dialogar e negociar com os parceiros sociais, atendendo àquelas que são as prospetivas e necessidades qualitativas do sistema educativo, às expectativas que o próprio

Governo criou e aos vários instrumentos e dados concretos – que só o governo dispõe -, e de propor de forma séria e sustentada uma solução transparente, justa, equilibrada e sustentável. O PSD considera imperativo que o Governo assuma em pleno as suas responsabilidades e regresse às negociações, de modo a encontrar uma solução que de forma justa e num quadro de sustentabilidade orçamental prossiga os compromissos que assumiu perante os principais responsáveis pelas melhorias do nosso sistema educativo, respeitando o contributo inigualável que dão para o nosso futuro coletivo.

Esta é uma matéria que, pelo seu impacto e relevância para o futuro do país, não pode estar sujeita a tacitismos políticos oportunistas em que os professores são reduzidos a meros joguetes políticos, vítimas dos equilíbrios negociais entre o Governo e as bancadas parlamentares que o suportam, ou de calculismos políticos eleitorais.

Para o PSD há um princípio de justiça que tem de ser acautelado, o que não acontece no presente quadro político. Mas há também um princípio de salvaguarda da confiança dos cidadãos no Estado, em particular um respeito do Estado pelos seus funcionários.

De facto, a falta de abertura e de transparência do Governo no Continente reduziu a uma situação absolutamente insustentável e que originará as maiores injustiças. *Se, na Madeira, onde o Governo Regional é do PSD, ou nos Açores, onde o Governo Regional é do PS, conseguiram fazer uma negociação a contendo entre os professores e o Governo, aqui em Portugal continental, o Governo da República também tem obrigação de conseguir alcançar um entendimento com os sindicatos quanto à forma e o modo como o tempo congelado será contabilizado.*

Sobre esta matéria não só há uma inaceitável falta de transparência e informação por parte do Governo, como ainda a classe docente é sujeita a uma deliberada campanha de desinformação junto da opinião pública pela Tutela que denigre a sua imagem e a sua condição e é contrária à valorização social dos professores, fator fulcral para a melhoria do serviço público de educação.

Prova disso são os vários valores relativos aos custos que a contabilização do tempo congelado acarreta que surgem a público, bem como a recusa do Governo em responder ao Requerimento nº 155/XIII/3ª apresentado pelo PSD em Junho de 2018 e ao Requerimento nº 42/XIII/4ª apresentado em Janeiro de 2019. De facto, apesar do Governo apresentar o valor de 635M€ como despesa total sem que tenha apresentado a forma como chegou a esse valor, outros cálculos indicam 350M€ ou 480M€.”

Com o objetivo de clarificar esta matéria, que vem adensar o clima de suspeição e incerteza os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abaixo-assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm por este meio solicitar ao Ministério das Finanças, a seguinte informação:

- A apresentação dos cálculos detalhados que estão na base do valor de despesa previsto para a contabilização do tempo congelado para efeitos de progressão na carreira, discriminando valores ilíquidos e líquidos, com e sem cálculo para CGA, que estiveram na base do valor apresentado pelo Governo e enviado ao jornal Público relativos aos impactos orçamentais até 2023 das progressões dos professores estabelecida pela Lei do Orçamento do Estado 2018;
- Os cálculos discriminados de impacto de contabilização do tempo de congelamento nos vários cenários considerados;
- Requerer igualmente a previsão para os próximos 7 anos, detalhada anualmente, do número de professores que se irão aposentar e o seu impacto no âmbito da Segurança Social, bem

como e para o mesmo período temporal do levantamento das necessidades do sistema educativo discriminado por nível de ensino e zonas pedagógicas.

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2019

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

MARIA MANUELA TENDER(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

LILIANA SILVA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

RUI SILVA(PSD)